A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A DINÂMICA DA INCLUSÃO

ELENE MONTEIRO DA SILVA LIMA

RESUMO
Este artigo aborda considerações sobre o tópico de Educação Especial e a dinâmica da integração. Ensinar indivíduos com deficiência cognitiva requer consciência e uma grande dose de tranquilidade. A compreensão envolve um esforço deliberado para selecionar com prudência as atividades e expressões. Por exemplo, se um estudante demonstra aptidão nas artes, é encorajador oferecer tarefas relacionadas a esse conjunto de habilidades. Além disso, a seleção cuidadosa das palavras minimizará os potenciais problemas decorrentes do vocabulário limitado dos alunos. A serenidade é um elemento essencial para enfrentar os desafios educacionais mencionados. O educador provavelmente terá que revisar as lições ou corrigir o comportamento inadequado de um estudante em várias ocasiões.

Palavras-chave: Atividades; Comportamento; Prudência.

INTRODUÇÃO

O propósito deste estudo é contribuir com uma análise mais aprofundada sobre a dinâmica da integração, que frequentemente ocorre de forma desorganizada, como uma simples imposição de cima para baixo. Em um contexto como o nosso país, onde a educação de qualidade é um privilégio para poucos, pessoas com necessidades especiais enfrentam inúmeras dificuldades para obter uma educação adequada. A falta de conhecimento e informação resulta em preconceito, frequentemente manifestado de maneira cruel.

Além do processo de aprendizagem em si, a escola deve estar atenta para promover a inclusão dos alunos na sociedade e fornecer apoio às famílias que também enfrentam desafios na comunicação com crianças com deficiências.

É responsabilidade dos educadores auxiliar os indivíduos a se sentirem aceitos como são, sem que suas características particulares sejam consideradas defeitos. Vários estudos destacam a diferença qualitativa no desenvolvimento dos alunos que se sentem incluídos na escola, começando pelos aspectos arquitetônicos e curriculares.

Com base nisso, também pretende-se demonstrar como o planejamento de aulas verdadeiramente inclusivas faz diferença, atendendo de forma flexível às necessidades de todos os alunos, sem exceção. Dessa forma, nos aproximamos do objetivo maior de garantir a inclusão social como um processo de adaptação da sociedade para receber aqueles que estão excluídos dela.

Nos últimos anos, várias pesquisas abordaram a importância da inclusão nas instituições de ensino, resultando em leis que incentivaram a sociedade a reconhecer a realidade de muitas crianças que eram marginalizadas.

Atualmente, há grandes esforços concentrados em promover as mudanças necessárias para que os estudantes com necessidades especiais possam experimentar a escola da mesma forma que aqueles sem necessidades especiais.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao Ensino Fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, garantindo, portanto, o mesmo direito para crianças com necessidades especiais, com a oferta de serviços especializados complementares, de acordo com a vontade dos pais.

A partir do impacto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9394/96, houve um aumento da conscientização sobre a existência e os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Quanto mais cedo o diagnóstico puder ser realizado e as intervenções necessárias forem implementadas, maiores serão as chances de progresso da criança com necessidades especiais nos aspectos escolares, sociais e afetivos.

TIPOS DE DEFICIÊNCIA

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição de desenvolvimento que tem um impacto significativo na comunica-

ção (verbal e não verbal) e interação social. Esses sintomas são geralmente observados antes dos três anos de idade e prejudicam o progresso educacional da criança. Outras características comuns em pessoas com TEA incluem envolvimento em comportamentos repetitivos ou estereotipados, resistência a mudanças no ambiente e rotina diária, e respostas sensoriais atípicas.

Deficiência combinada de audição e visão, conhecida como surdocegueira, refere-se à presença simultânea de deficiências visuais e auditivas. Essa combinação resulta em necessidades complexas de comunicação, desenvolvimento e educação que não podem ser atendidas apenas por programas educacionais voltados para cegueira ou surdez individualmente.

Surdez ou deficiência auditiva se refere a uma perda auditiva significativa que afeta a compreensão da linguagem, com ou sem o uso de amplificação, e prejudica o progresso educacional da criança. Deficiência auditiva é um termo mais amplo que engloba uma variedade de perdas auditivas (leves a profunda) que impactam negativamente o desempenho educacional.

Atraso no desenvolvimento é um termo usado para descrever crianças de zero a nove anos que apresentam atrasos em uma ou mais áreas-chave, como cognição, habilidades físicas, desenvolvimento socioemocional, comportamento ou comunicação.

Distúrbio emocional é uma condição caracterizada por um conjunto de características persistentes que afetam a aprendizagem da criança. Essas características podem incluir dificuldade em aprender, problemas de relacionamento interpessoal, comportamentos inadequados, tristeza ou depressão generalizada e sintomas físicos ou medos relacionados a problemas pessoais ou escolares. É importante ressaltar que não se trata apenas de crianças socialmente desajustadas, mas daquelas com um distúrbio emocional diagnosticado.

Deficiência intelectual é definida por um funcionamento intelectual abaixo da média, juntamente com deficiências no comportamento adaptativo. Essa condição se manifesta durante o período de desenvolvimento da criança e tem um impacto adverso no desempenho educacional.

Crianças com deficiências múltiplas apresentam duas ou mais deficiências concomitantes, como deficiência intelectual combinada com cegueira ou deficiência ortopédica. Essa combinação de deficiências resulta em necessidades educacionais significativas que não podem ser atendidas por programas destinados a apenas uma deficiência.

Deficiência ortopédica refere-se a deficiências físicas graves que afetam o desempenho acadêmico da criança. Isso inclui deficiências causadas por anomalias congênitas, doenças ou condições que afetam a mobilidade, como paralisia cerebral.

Outras condições de saúde se referem a limitações de força, energia ou estado de alerta que afetam a capacidade da criança de se envolver no ambiente educacional. Essas limitações geralmente são causadas por condições de saúde crônicas ou agudas, como epilepsia ou síndrome de Tourette, e têm um impacto negativo no desempenho educacional.

A deficiência de aprendizagem específica abrange uma variedade de distúrbios que afetam a compreensão e uso da linguagem, incluindo dislexia, discalculia, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima e afasia do desenvolvimento. Essas deficiências não incluem problemas de aprendizagem causados por deficiências sensoriais, deficiência intelectual, distúrbios emocionais ou desvantagens socioeconômicas.

Distúrbios da fala ou linguagem são condições que afetam a comunicação, como gagueira, dificuldades de articulação, linguagem ou voz, e têm um efeito adverso no desempenho educacional da criança.

Lesão cerebral traumática refere-se a danos adquiridos no cérebro causados por forças físicas externas. Essa lesão resulta em deficiências funcionais parciais ou totais, prejuízos psicossociais e tem um impacto negativo no desempenho educacionalde uma criança. As consequências da lesão cerebral traumática variam dependendo da gravidade e localização da lesão.

Essas são algumas das condições e termos comuns relacionados a necessidades educacionais especiais. É importante destacar que cada criança é única e pode apresentar

uma combinação de necessidades. O suporte educacional adequado e individualizado, juntamente com a colaboração de profissionais de saúde e educação, é essencial para ajudar as crianças com necessidades especiais a alcançarem seu potencial máximo.

A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

No Brasil, ocorre uma batalha intensa dos grupos sociais em minoria por seus direitos. O mundo ainda não está plenamente preparado para permitir que pessoas com necessidades especiais vivam uma vida comum, recebendo apoio tanto da sociedade quanto do governo em suas dificuldades.

A instituição educacional é o alicerce inicial na esfera social. As crianças com necessidades especiais devem ser recebidas, se possível, em estabelecimentos de ensino regulares. O sistema educativo brasileiro está passando por diversas mudanças, buscando uma verdadeira inclusão educacional.

A realidade tanto dos profissionais da educação quanto dos alunos é marcada por perspectivas diversas e receios. Alcançar uma educação justa e com menos preconceito é o primeiro passo para a inclusão educacional.

A escola e os professores desempenham um papel crucial no processo educativo de qualquer indivíduo, especialmente das crianças com necessidades especiais, especialmente físicas. No entanto, se alguém tiver uma aparência diferente, é necessário prestar uma atenção maior do que o usual. Por meio da utilização de métodos eficientes e adaptados a cada caso específico, é possível oferecer capacitação tanto no aspecto cognitivo quanto físico, incentivando a socialização e a autonomia dos alunos especiais.

Conforme afirmado por Silva (2003, p. 23):

Existe um investimento maciço no desenvolvimento de políticas nacionais, regionais e locais de formação continuada de professores. Porém, ressente-se de uma reflexão mais densa sobre quais formas e estratégias de formação continuada poderão contribuir para o professor ampliar sua gama de conhecimentos e constituir novas aprendizagens sobre o ser professor.

Portanto, a formação continuada de professores é fundamental para a contribuição de novas estratégias de ensino, ampliando os conhecimentos dos professores em relação a pedagogia que está sendo aplicada em sala de aula.

Paulo Freire (1996) não aborda diretamente o tópico de inclusão, mas ao longo de sua pesquisa, percebe-se que sua pedagogia é focada no indivíduo.

Diante dessa concepção, acredita-se que a educação especial deve ser concebida de forma que o aluno seja reconhecido como um agente construtor de seu conhecimento, com capacidade de interação e acesso a materiais que estimulem suas habilidades.

No contexto de sua obra "Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire (1996) busca conscientizar o professor sobre seu papel fundamental como facilitador da realidade do aluno, de forma que suas experiências façam parte desse processo para que a aprendizagem tenha um significado real. Para Freire, ensinar a pensar e problematizar a realidade é a maneira correta de desenvolver o conhecimento, pois a partir disso o aluno é capaz de se reconhecer como um ser social. "\[...\] aprender é um processo que pode despertar no aprendiz uma curiosidade crescente, tornando-o cada vez mais criativo." (FREIRE, 1996, p.24)

Assim, pode-se dizer que nos métodos de ensino para alunos autistas, é necessário que eles se reconheçam como seres sociais, e essa responsabilidade recai sobre o professor, que, por meio de abordagens centradas no aluno, tem como objetivo conscientizá-los como construtores de seu próprio conhecimento.

Ao analisar alguns artigos sobre educação inclusiva, estabelecem-se conexões de sabedoria e colaboração, tanto por parte dos professores quanto das famílias, que precisam buscar recursos que estimulem a participação ativa da criança, levando em consideração o desenvolvimento contínuo da alfabetização.

De acordo com BARROSO (2005, p.11), "a democratização da escola pública, ou melhor, sua reconfiguração como uma escola verdadeiramente popular, é uma tarefa desafiadora ainda em aberto para os educadores". O projeto, aparentemente difícil de ser reali-

zado, é construir uma educação pública que seja ao mesmo tempo democrática (abrangendo a todos, sem distinção) e de qualidade, que esteja socialmente referenciada e distante da lógica excludente. Uma escola capaz de inserir as novas gerações em um mundo completamente transformado e diferente daquele que originou sua universalização.

Uma das tarefas é identificar constantemente as intervenções e ações implementadas e/ou aprimoradas para que a escola se torne um espaço de aprendizado para todos os alunos. Isso exigirá novas abordagens nos projetos escolares, visando aprimorar a proposta pedagógica, os procedimentos de avaliação institucionais e a aprendizagem dos alunos. É igualmente importante prestar atenção às relações estabelecidas entre alunos e professores, além de criar espaços privilegiados para a formação dos profissionais da educação, para que se tornem agentes co-responsáveis nesse processo.

Além das ações para garantir que as escolas sejam espaços de aprendizado para todos os alunos, a Constituição Federal de 1988 (artigo 205, inciso III) estabelece que o Estado deve garantir atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais (Resolução 2/01), preferencialmente na rede regular de ensino.

No Brasil, tradicionalmente, é a educação especial que tem sido responsável por esse tipo de atendimento. Nesse sentido, Sousa e Prieto (2002, p.123) afirmam que "o termo 'especial' na educação refere-se a condições que podem ser necessárias para alguns alunos a fim de garantir o cumprimento do direito de todos à educação". O objetivo principal é defender a educação escolar para todos como um princípio.

Embora o princípio da educação inclusiva tenha ganhado força desde meados da década de 1990, na prática ainda prevalece o modelo de integração escolar. A educação inclusiva tem sido caracterizada como um "novo paradigma" que valoriza a diversidade como uma condição a ser apreciada, pois beneficia a educação de todas as pessoas, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e propondo práticas pedagógicas alternativas.

DESENVOLVIMENTO DE APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Adquirir conhecimento é um processo de modificação comportamental, decorrente da vivência construída por elementos afetivos, ambientais e cerebrais. A aquisição de conhecimento, em sua totalidade, é universal em todas as formas de aprendizagem; porém, em sua singularidade, deve ser expressa pela diversidade de abordagens observadas no contexto educacional, ou seja, cada indivíduo possui suas particularidades ao aprender. As práticas de aprendizagem, como a retenção e consolidação, passaram por evoluções e, atualmente, a base educativa é composta pela reflexão, pela busca constante e pela necessidade de criar novos métodos.

Conforme Mittler (2000, p. 25):

(...) no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

A instrução, compreendida como uma prática comunitária inserida em um contexto social, econômico e político, não é uma atividade imparcial. Quando a prática pedagógica é guiada pelos valores predominantes, ela reduz a exclusão social. Essa transformação traz benefícios para todos, garantindo direitos fundamentais em várias esferas.

Portanto, um ser humano que tem limitações em sua estrutura biológica é considerado em desvantagem. Ao longo da história, eles foram rotulados como incapazes e ineficientes no trabalho, na educação e nas interações sociais. Hoje, por meio do novo paradigma da inclusão educacional e social, busca-se resgatar a integração para construir uma sociedade mais justa e menos discriminatória.

A educação inclusiva é um movimento contemporâneo que se esforça para incluir todos na rede regular de ensino, proporcionando igualdade de oportunidades de acesso

e permanência na escola. Isso implica não apenas em inserir alunos com necessidades especiais na educação regular, mas também em fornecer suporte técnico específico, com foco na busca pelo conhecimento.
Portanto, a educação inclusiva significa educar todas as crianças em um ambiente escolar. Optar por esse tipo de ensino não significa negar as dificuldades dos alunos, mas sim encará-las de frente. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É por meio dessa diversidade, a partir da realidade social, que é possível ampliar a compreensão do mundo e criar oportunidades de convivência para todas as crianças. Valorizar a diversidade presente na escola, que reflete a realidade social, proporciona oportunidades de atender às necessidades educacionais, destacando habilidades, capacidades e potencialidades.
A inclusão escolar não é um processo fácil, mas um desafio. A escola precisa abordar esse novo tema, deixando de lado sua natureza seletiva.
Escolas de qualidade são aquelas que criam contextos educacionais nos quais todos os alunos tenham oportunidades de aprender, respeitando a pluralidade de culturas, a complexidade das interações humanas e o ideal de que todos os indivíduos possuem a mesma capacidade intelectual.
Conforme Strieder e Zimmermann (2000, p. 146):

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

Estabelecimentos educativos, espaços onde são transmitidos valores, princípios e conhecimentos, todos os estudantes adquirem conhecimento, independentemente de terem necessidades especiais. A sociedade em geral, o ambiente familiar e outros atores sociais devem impulsionar o desenvolvimento e a integração de pessoas com deficiência, tanto na escola quanto no mercado de trabalho e na vida social.
Incorporar pessoas com necessidades educacionais especiais na educação regular requer uma reforma significativa no sistema educacional. Isso envolve a flexibilização ou adaptação do currículo, com mudanças nas abordagens de ensino, metodologias e avaliações. Também implica no desenvolvimento de atividades em grupo na sala de aula e na criação e adaptação de infraestruturas físicas que facilitem o acesso e a circulação de todas as pessoas. É um desafio realizar a inclusão, mantendo em mente que, além das oportunidades, devemos garantir não apenas o desenvolvimento da aprendizagem, mas também o desenvolvimento integral das pessoas com necessidades educacionais especiais.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL
A instituição educacional atual não apresenta recursos adequados para ser verdadeiramente considerada uma escola "inclusiva", pois a verdadeira inclusão implica na participação ativa e envolvimento das crianças. Para que a educação inclusiva seja efetiva, é essencial contar com educadores qualificados e uma escola adaptada às necessidades das crianças com deficiência, que requerem atendimento especializado. Conforme delineado pela Secretaria de Educação Especial (2004, p. 07):

A escola é um espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. É no dia-a-dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno.

Sabe-se que a participação da família tem

uma parte importante, pois muitas vezes a rejeição começa dentro da própria casa.
De acordo com Mantoan (2010):
É preciso levantar a discussão para o caminho percorrido pela educação brasileira para concretizar seu "projeto inclusivo", que esbarrou em "equívocos conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica", os avanços da escola brasileira nessa direção têm acontecido de forma lenta, pois ainda há "muita resistência por parte das instituições à inclusão plena e incondicional, e isso ocorre por causa da inexperiência com a diferença" (MANTOAN, 2010, p. 13).

Nos últimos anos, tem havido transformações notáveis no sistema educacional do Brasil. Nesse cenário, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP, 2007) destacam que: "a busca global pela educação inclusiva representa uma ação política, cultural, social e pedagógica", que foi iniciada "em defesa do direito de todos os estudantes de estarem unidos, aprendendo e participando, sem qualquer forma de discriminação":

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p.1)

A educação inclusiva tem um passado de segregação, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% das pessoas têm algum tipo de deficiência, o que representaria 15 milhões de brasileiros, de acordo com o Censo do IBGE de 2000. Em 2004, a fim de aprimorar a formulação de políticas públicas, o MEC passou a definir melhor as várias categorias de deficiência (BIAGGIO, 2009, p.21).

Um novo desafio se impõe à prática docente na contemporaneidade, o trabalho em equipe, pois "o professor sozinho não pode de forma isolada transformar um centro educacional em espaço inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja um espaço inclusivo", é necessário colaboração e articulação entre toda a comunidade escolar, especialmente da família (DÍEZ, 2010, p. 21).

Percebe-se que a inclusão está presente cada dia mais em nossos cotidianos, dessa forma, a família e a escola devem caminhar lado a lado, para que a criança com necessidades especiais possa ter um acompanhamento adequado que contribuirá para o seu desenvolvimento integral e significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das transformações em andamento no Brasil em relação aos tratamentos, intervenções e políticas públicas para pessoas com necessidades especiais, ainda enfrentamos diversos desafios no atendimento às crianças e às famílias por parte dos profissionais da educação.
A família desempenha um papel importante como parte da rede de apoio, mas é necessário que ela receba qualificação para oferecer suporte e auxílio no tratamento. Nem sempre a relação entre os familiares e os profissionais que atendem as crianças é harmoniosa, sendo responsabilidade do profissional propor estratégias que possam suavizar as tensões e convidar a família a se unir e superar os obstáculos juntos.
Garantir o direito à educação para todos vai além de simplesmente cumprir a lei e aplicá-la de forma superficial em situações discriminatórias. Essa questão requer uma compreensão mais profunda do conceito de justiça. Uma escola justa e desejável para todos não se baseia apenas na ideia de que todos os indivíduos são iguais e nascem iguais. A inclusão escolar está vinculada a movimentos sociais mais amplos, que buscam maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a recursos e serviços. Ela está relacionada a sociedades democráticas que valorizam o mérito individual e a igualdade de oportunidades, propondo a superação das desigualdades causadas por formas segregadoras de ensino especial e regular.
As políticas educacionais não oferecem uma remuneração adequada aos professores, que muitas vezes são obrigados a trabalhar em dois ou até três turnos para garantir sua

sobrevivência e a de suas famílias.
Ao abordarmos a inclusão escolar, é importante ressaltar sua importância para o desenvolvimento social e para a desconstrução de estereótipos presentes no imaginário coletivo e no inconsciente das pessoas. A inclusão escolar permite trabalhar com as novas gerações, que irão moldar as regras e os padrões da sociedade em formação. Por meio da convivência com as diferenças, as crianças constroem o caminho para a inclusão social, criando um mundo melhor no qual todos saem ganhando, possibilitando assim uma verdadeira inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996.

_____ . MEC. Secretaria de Educação Especial: Direito à educação: orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP. 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão Escolar. Summus editorial. 4ª edição. SP, 2006 Pg. 16, 17, 36, 37, 39, 40, 41

MENDES, E. G. Construindo um "lócus" de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de.Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EDUScar, pp.221-230, 2004.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva. Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

POKER, Rosimar Bortolini. Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta educacional. UNESP, 2001.363P. Tese de Doutorado.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação 1998.

STAINBACK, Susan Willian. Inclusão, um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.